

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.882 - SP (2019/0330379-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **HENRIQUE SCHIEFFERDECKER FILHO**
ADVOGADOS : **FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA - SP132649**
: **VINICIUS DE BARROS - SP236237**
RECORRIDO : **MUNICIPIO DE NOVA ODESSA**
PROCURADORES : **VANESSA PALMYRA GURZONE - SP313733**
: **ALEXANDRE AZENHA BARILON - SP374695**
INTERES. : **ANHANGUERA RURAL CENTER LTDA**
ADVOGADO : **FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA - SP132649**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. EXCLUSÃO DO POLO PASSIVO. VERBA HONORÁRIA DE SUCUMBÊNCIA. POSSIBILIDADE. APRECIAÇÃO EQUITATIVA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial de HENRIQUE SCHIEFFERDECKER FILHO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no qual alega violação dos arts. 85 e 1.022 do CPC/2015, discutindo a possibilidade de arbitramento, por apreciação equitativa, da verba honorária de sucumbência, após acolhimento de exceção de pré-executividade para sua exclusão do polo passivo de execução fiscal.

Sem contrarrazões pelo MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA.

É o relatório. Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado 3 do Plenário do STJ).

Nos termos de pacífico entendimento jurisprudência deste Tribunal Superior, "é possível a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios em decorrência da extinção da Execução Fiscal pelo acolhimento de Exceção de Pré-Executividade" (REsp 1185036/PE, repetitivo, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira seção, DJe 01/10/2010).

Na ação executiva fiscal, conforme estabelece o art. 6º, § 4º, da Lei n. 6.830/1980, "o valor da causa será o da dívida constante da certidão, com os encargos legais".

E se o acolhimento da exceção de pré-executividade tiver impacto sobre o montante do crédito exequente, ainda que parcial, possível a fixação da verba honorária (v.g.: AgInt nos EDcl no REsp 1769192/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/11/2019; AgInt no REsp 1495088/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 10/05/2019; EDcl no REsp 1678163/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 02/08/2018).

Não obstante, deve-se anotar que, "nos casos em que o acolhimento da pretensão não tenha correlação com o valor da causa ou não permita estimar eventual proveito econômico, os honorários de sucumbência devem ser arbitrados, por apreciação equitativa,

com observância dos critérios do § 2º do art. 85 do CPC/2015, conforme disposto no § 8º desse mesmo dispositivo" (AREsp 1423290/PE, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 10/10/2019).

Nessa linha, no acolhimento de exceção de pré-executividade para determinar exclusão de parte do polo passivo de execução fiscal, a verba honorária deve ser arbitrada por apreciação equitativa, conforme autorização do § 8º do art. 85 do CPC/2015.

A respeito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CORRESPONSÁVEL. EXCLUSÃO. CONTINUIDADE DO PROCESSO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EQUIDADE. OBSERVÂNCIA.

1. Na ação executiva fiscal, o valor da causa será o da dívida constante da certidão, com os encargos legais, sendo certo que, nos embargos à execução, o valor da causa deve ser equivalente à parte do crédito impugnado, de modo que o "valor da condenação" e o "proveito econômico obtido" aos quais se refere o § 3º do art. 85 do CPC/2015 devem ter correlação com o crédito tributário controvertido.

2. Nos casos em que o acolhimento da pretensão não tenha correlação com o valor da causa ou não permita estimar eventual proveito econômico, os honorários de sucumbência devem ser arbitrados, por apreciação equitativa, com observância dos critérios do § 2º do art. 85 do CPC/2015, conforme disposto no § 8º desse mesmo dispositivo.

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 deve ser observado sempre que a exceção de pré-executividade objetivar somente a exclusão de parte do polo passivo, sem impugnação do crédito tributário, porquanto não há como estimar proveito econômico algum.

4. Hipótese em que o TRF, porque não atribuído valor à objeção de pré-executividade, apoiou-se no § 8º do art. 85 do CPC/1973 para fixar a verba honorária em R\$ 2.000,00.

5. Recurso especial parcialmente provido para determinar novo arbitramento da verba de sucumbência com observância dos §§ 2º e 8º do art. 85 do CPC/2015.

(AREsp 1423290/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 10/10/2019)

No caso específico dos autos, o órgão julgador, com apoio nos §§ 2º e 8º do art. 85 do CPC/2015 manteve verba honorária de R\$ 2.000,00, ponderando sobre os requisitos dos incisos do § 2º.

Embora se tenha visado o valor da causa para essa providência, o fato é que pretensão recursal não pode ser conhecida porque, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, adequada a fixação de verba honorária por apreciação equitativa.

Não há violação do art. 1.022 do CPC/2015 quando o órgão julgador, de forma clara e coerente, externa fundamentação adequada e suficiente à conclusão do acórdão embargado.

Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa parte, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator